

Pela ordem e contra a revolta

Pelas informações que o chefe do executivo tem recebido, já não há mais possibilidade de um refluxo dos rebeldes à Parahyba, pois estes, acossados pelas forças legalistas, atravessaram o rio S. Francisco, em pequenos grupos, para a Bahia.

O governo considera uma vitória a resistência oferecida em nossa terra à onda moshuqueira. Isto pelas boas que lhes fulguram, pelo numero de rebeldes aprisionados e pela totalidade assegurada a todos as localidades, com excepção da villa de Piaçã e povoados de Sant'Anna dos Carreiros e Tavares, que foram occupados e saqueados pelos rebeldes.

O maior serviço do nosso Estado á legalidade, entretanto, repeta-o o governo, de haver evitado que os revoltosos corrassem a Parahyba pelo seu trajeto delineado em Luiz Gomes, no Rio Grande do Norte, o qual seria—Souza, Cajazeiras, São José de Piranhas, Concelção—para alcançar Vila Bella, em Pernambuco, fugindo, assim, á hypothese de um encontro com as forças do visinho Estado e as do general João Gomes.

Quatrécidas aquellas localidades, foram obrigados os rebeldes a tomar outro rumo, e assim, tiveram de passar entre Pombal e Sousa.

Este novo itinerario fôr-oso retardar na sua marcha, tornando-o a penetrar em Pernambuco por terrenos accidentados, onde se tornaria mais facil evitar o seu rapido avanço. Dahi, os constantes reveses por elles soffridos nas zonas de Pajuhá e Moió.

E' esse, pois, o maior contingente de esforço do Estado da Parahyba á causa da legalidade.

De applausos á attitudo da Parahyba realtando tenazmente á invasión do seu territorio pelos rebeldes, o sr. presidente João Sussanna recebeu os seguintes telegrammas:

S. Paulo, 4.—Congratulo-me vossa attitudo em defesa vossa Estado contra rebeldes. Saudações.— Armando Falcão.

José de Piranhas, 28.— Só hoje, não sobremos noticias fracassas intenciona das armas. Felicitamos calorosamente v. exc. juntamente amigos ahi. Viva Parahyba, viva legalidade.— Juvenio Andrade, Mataqueas Barbosa e José Saldanha.

Parahyba, 6.— Aceite vossa excellencia sinceramente congratulacoes pela victoria legalidade neste Estado inteiramente visado pela fôca laiza de patriotismo mal orientado que inlellectual a nossa terra.—Annibal L'ima, Hotel Globo.

Recorramos do nosso confrade recense jornal Pequeno, de ante-hontem, os seguintes informes colhidos de dois soldados que estiveram prisioneiros dos rebeldes:

—Ail fomos encontrá-los ás 10 horas da manhã.

Ambos são bem parecidos, de constituição forte e ainda moços. Chegamos até aquella sala do Hospital acompanhados dos ds. Vicente Gomes e Paulo de Aguiar.

Chamam-se os soldados: Amaro Lopes de Carvalho, praça de cavalaria, pardo, com 22 annos de idade e 2 de fevereiro ultimo, para o Rio Branco. Divididos em destacamentos, abstram em perseguição dos rebeldes, sendo, no dia 14 do citado mez, primeiro dia de carnava, atacados pelos mesmos no logarejo Imburanas, também conhecido por Carneiro, próximo de Custodia. Foi ahi, narram elles, que se travou violento combate, aliás de surpresa para todos.

Após o combate, com o recuo das forças legais e a fuga dos revoltosos, caíram prisioneiros d'estes, sendo á ellas incorporados.

Antonio Ribeiro estava ferido, recebendo uma bala no anteo-braco direito, que lhe prohibiu o manuseio das armas. O outro seu companheiro, Antonio Lopes, nenhum ferimento recebeu.

Os rebeldes, narram elles, internaram-se pelos matos, d'emandando Vila Bella, Floresta, etc., e assim passaram 9 dias só em matas, vencendo caminhos quasi intrahaveis. O tratamento do prisioneiro ferido era muito bom e mais vezes por dia. Servia como chefe dos enfermeiros um cavalheiro francez, porém activo e delicado, a quem todos chamavam pelo nome de dr. Aristides.

Depois de se acharem ali dois dias, foi que vieram a conhecer o chefe das forças, o general do divisão Miguel Costa, e o coronel Prestes, os quaes poucas vezes andavam juntos.

O general Miguel Costa não era louco conhecido por usar sempre uma roupa commum, de "meica", entre os seus commandados.

Era attentivo e affavel, pelo meo para elles prisioneiros. O desanimo dos rebeldes, está na perspectiva de fôrme.

O soldado Antonio R. Lopes diz que o passado entre os rebeldes é horrível.

Mesmo em meio das matas, fazem logo, onde assam carneiro, e

conta e um voto cada um—José Jeronymo.

A. Monteiro: Presidente e vice-presidente da Republica obtiveram cada 647 votos. Abraços—Nilo Feltoza.

Boletim na eleição realizada hoje na segunda secção eleitoral desta cidade obtiveram votos para presidente da Republica dr. Washington Luiz Pereira de Souza cento e um votos para vice-presidente dr. Fernando de Mello Vianna cento e um votos.

Alfredo Moura, com 122 votos; Antonio Ribeiro, com 119 votos; João Sussanna, com 117 votos; Manoel de Souza, com 115 votos; Manoel de Souza, com 113 votos; Manoel de Souza, com 111 votos; Manoel de Souza, com 109 votos; Manoel de Souza, com 107 votos; Manoel de Souza, com 105 votos; Manoel de Souza, com 103 votos; Manoel de Souza, com 101 votos; Manoel de Souza, com 99 votos; Manoel de Souza, com 97 votos; Manoel de Souza, com 95 votos; Manoel de Souza, com 93 votos; Manoel de Souza, com 91 votos; Manoel de Souza, com 89 votos; Manoel de Souza, com 87 votos; Manoel de Souza, com 85 votos; Manoel de Souza, com 83 votos; Manoel de Souza, com 81 votos; Manoel de Souza, com 79 votos; Manoel de Souza, com 77 votos; Manoel de Souza, com 75 votos; Manoel de Souza, com 73 votos; Manoel de Souza, com 71 votos; Manoel de Souza, com 69 votos; Manoel de Souza, com 67 votos; Manoel de Souza, com 65 votos; Manoel de Souza, com 63 votos; Manoel de Souza, com 61 votos; Manoel de Souza, com 59 votos; Manoel de Souza, com 57 votos; Manoel de Souza, com 55 votos; Manoel de Souza, com 53 votos; Manoel de Souza, com 51 votos; Manoel de Souza, com 49 votos; Manoel de Souza, com 47 votos; Manoel de Souza, com 45 votos; Manoel de Souza, com 43 votos; Manoel de Souza, com 41 votos; Manoel de Souza, com 39 votos; Manoel de Souza, com 37 votos; Manoel de Souza, com 35 votos; Manoel de Souza, com 33 votos; Manoel de Souza, com 31 votos; Manoel de Souza, com 29 votos; Manoel de Souza, com 27 votos; Manoel de Souza, com 25 votos; Manoel de Souza, com 23 votos; Manoel de Souza, com 21 votos; Manoel de Souza, com 19 votos; Manoel de Souza, com 17 votos; Manoel de Souza, com 15 votos; Manoel de Souza, com 13 votos; Manoel de Souza, com 11 votos; Manoel de Souza, com 9 votos; Manoel de Souza, com 7 votos; Manoel de Souza, com 5 votos; Manoel de Souza, com 3 votos; Manoel de Souza, com 1 voto.

A memoria

(De Paris)
(Especial para "A UNIAO")

Ha diversas especies de memoria. Citam-se homens que têm uma prodigiosa facultade para os processos aritmeticos, e de que é cifra hebraica profundamente gravado no cerebro, bem como as combinações que se podem estabelecer entre ellas. A intelligencia geralmente não tem nissao menor intervenção. Ha, com effeito, calculadores—prodigios que não pyram de as aritmeticas communs, mclidocres, incapazes mesmo de associar duas ideias ou emitir um julgo digno de attenção. Conheçemos um de pouca cultura, mas que responde promptamente a uma questão como esta: "Em que dia cahiu o 2 de março de 1926, ou 13 de outubro de 1423, ou 17 de julho de 1633?"

Outros ha, dignos de lastima, que conservam nitidamente a lembrança dos romances que leram. Dez, quinze, trinta annos depois de tel-os devorados são capazes de referir as mais insignificantes porções, como nomes e predios, nomes de todas as localidades da França de Navarra? Ordinariamente, apenas são vistas, logo são esquecidas. Alguns infelizes, entretanto, seriam ainda capazes de enumerar-as em seu leito de morte. Logo, sómente logo, talvez, lhes fôr gravado na memoria em tel-os lido.

Mais infornunado ainda é esse senhor, que sabe os nomes de todas as estações da França, de todos os pontos da cidade, mas que soffre crueis tormentos.

Se pretende um horrolo pela maneira de um dilabo o impelle a ler a lista das estações de Paris á Bordeaux e de Lyon á Nicés, e elle não pôde mais esquecer-as. Logo que se nomelia deante delle, inoocentemente, uma de suas estações, uma força o compelle a ir em pequena velocidade até ao termino, quando é ridicula a maneira que lhe impõe sua memoria e orgulho de não ter perdido a conta de um só ponto de parada. Não nos parece fatigante esse numero interminavel de estações? pergunta alguém.

—Sim, atroçemente, mas não me posso

Ribaltas

Theatro Santa Rosa

OS GERALDOS.—Realizam amanhã no Theatro Santa Rosa, um unico espectáculo de variedades os conhecidos duetistas brasileiros Os Geraldos, que ha muitos annos fazem excursões de desce genero no norte do Brasil.

O espectáculo, por ser o unico com certo grande grande concurrencia do tambo e valor do duo que nos visita, e constará de tres partes. Na primeira sessão serão cantadas modas e canções regionaes de effeito.

O pianista D. Xavier que acompanhava os GERALDOS, com o nome de numeros de autores classicos, ao plano. E na 3ª parte, repr. centarão Os GERALDOS a comedia "A Ruz Maravilhosa" do escriptor Victor Machado escripta especialmente para estes artistas.

Já sendo conhecidos de nossa plateia, que os em varias vezes applaudiu, e com os seus respectivos populares marcados, é de esperar que o espectáculo de domlagu apante grande concurrencia.

Vida judiciaria

Supremo Tribunal Federal
(Continuação)

Quarreg.—Lorsqu'il s'élève, au cours d'une instance pénale, une question appartenant au contentieux administratif, le tribunal de dépression doit se déclarer incompétent, et la solution de cette question est indispensable à la solution du fond du litige, il est tenu de surseoir et de renvoyer les parties devant la juridiction compétente, (Instruction Criminelle et Procédure Pénale), tome 2, n. 623, pag. 467).

Bertauld: «S'il s'agissait d'un détournement de deniers par un député, il n'y a pas de question de dépression, car le député n'est pas un fonctionnaire public, mais un élu du peuple, et sa responsabilité est définie par l'article 170 du Code de Commerce, pour rester dans les matières correctionnelles, la question de savoir si le comptable est ou n'est pas débiteur par suite de mandat de dépôt, s'il s'agit ou s'il n'est pas relatif à une affaire pénale, et pas aux juges pénaux, il est appartenant aux pouvoirs administratifs.» (Questions et Exceptions Préjudicielles, n. 70, pag. 90).

Hoffmann, que é, que é mais completo dos monographs de materia: «Lorsqu'un fonctionnaire public est poursuivi en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une question administrative, et la décision de l'autorité administrative est nécessaire à moins que le délit ne soit reconnu constant par le comptable lui-même, ou qu'il n'ait été déclaré par l'administration qui avait qualité pour le faire. Voy. supra n. 441, et n. 442. L'art. 170 du Code de Commerce, en vertu des art. 169 et 170 du Code de Commerce, pour avoir commis une soustraction passible, la question de savoir s'il y a délit réel, question qui ne peut être résolue qu'après l'apurement préalable d'un compte, est une

Seguros de vida na America do Norte

(Correspondencia epistolar para "A UNIAO")

O "New York Sun" publica ha pouco alguns dados estatisticos dignos de atencao, pelo que significam como demostração de que a vida de previdencia de um povo na America do Norte se refere a sua vida economica e social, e não a sua vida politica. Este estado de coisas não se encontra em todas as partes da America do Norte, mas em algumas, e a mais desenvolvida e a mais rica, a dos Estados Unidos, não só porque ali se encontram os maiores centros de industria e de comercio, mas porque ali se encontram os maiores centros de vida social e de cultura.

Os seguros de vida na America do Norte são de dois tipos: o de vida e o de morte. O de vida é o que garante ao segurado a vida inteira, e o de morte é o que garante ao beneficiario a soma devida no momento da morte do segurado.

Os seguros de vida na America do Norte são de dois tipos: o de vida e o de morte. O de vida é o que garante ao segurado a vida inteira, e o de morte é o que garante ao beneficiario a soma devida no momento da morte do segurado.

Os seguros de vida na America do Norte são de dois tipos: o de vida e o de morte. O de vida é o que garante ao segurado a vida inteira, e o de morte é o que garante ao beneficiario a soma devida no momento da morte do segurado.

Os seguros de vida na America do Norte são de dois tipos: o de vida e o de morte. O de vida é o que garante ao segurado a vida inteira, e o de morte é o que garante ao beneficiario a soma devida no momento da morte do segurado.

Necrologia

DR. HERCULANO DE FIGUEIREDO — Viciado de padecimentos cardiacos, falleceu hontem ás 17 horas em sua residencia á Avenida General Osorio n. 218, o dr. Joaquim Herculanio de Figueiredo, secretario da nossa Escola Normal Casado de Maria de Jesus Pereira de Figueiredo, deixou de si um filho, o sr. Joaquim Herculanio de Figueiredo, e uma filha, a srta. Maria de Jesus Pereira de Figueiredo. Foi casado com a srta. Maria de Jesus Pereira de Figueiredo, e deixou de si um filho, o sr. Joaquim Herculanio de Figueiredo, e uma filha, a srta. Maria de Jesus Pereira de Figueiredo.

ALFREDO HENRIQUES DA JUSTA — Em consequencia de padecimentos cardiacos, falleceu no dia 1.º de fevereiro, em Entroncamento, do municipio de Sapé, o sr. Alfredo Henriques da Justa, antigo funcionario da "Great Western" e industrial naquella localidade. O proprio sr. Alfredo Henriques da Justa, em primeira nupcias com a srta. Laura Theophilo Justa, irmã do reputado litterato cearense Rodolpho Theophilo.

DR. ALFREDO HENRIQUES DA JUSTA — Em consequencia de padecimentos cardiacos, falleceu no dia 1.º de fevereiro, em Entroncamento, do municipio de Sapé, o sr. Alfredo Henriques da Justa, antigo funcionario da "Great Western" e industrial naquella localidade. O proprio sr. Alfredo Henriques da Justa, em primeira nupcias com a srta. Laura Theophilo Justa, irmã do reputado litterato cearense Rodolpho Theophilo.

Vida escolar

Lycée Parahybano
Hoje, ás 8 horas, serão chamados á prova escripta de francez, inglez e arithmetica, os que estão no preliminar exame de matematica.

Deverão tambem comparecer, ás 13 horas, todos os candidatos que já fizeram prova escripta de latin e os que ainda não a fizeram, bem assim os que não se submetteram á prova escripta de historia universal.

Impostos Federaes

ALTERAÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI DA RECEITA
(Continuação)
Imposto de consumo
A saber, por kilogrammas, peso liquido:
I. Louça de pó de pedra branca, n. 1. 100
II. Idem de granito n. 1. 100
III. Idem de pó de pedra ou granito com frisos, arcos ou bordas de qualquer cor, de cór de cobre e semelhantes, esmaltaes, e de pó de pedra ou granito de qualquer qualidade com qualquer dorado, n. 3. 100
IV. Idem de porcelana, n. 4. 100
V. Idem, idem com qualquer dorado, plinada, estampada ou esmalçada, com qualquer dorado, n. 5. 100

Informações telegraphicas

Serviço especial d' "A Uniao" e da Agencia Americana
O resultado conhecido das eleições de 1.º de março
RIO, 5 — (A. A.) — Até sobre 13 e 30 minutos, o resultado conhecido das eleições presidenciaes, ainda incompleto, é o seguinte:
Dr. Washington Luiz 479.456.
Dr. Melio Vianna 478.966.

As frotas para o pessoal de imprensa
RIO, 5 — (A. Uniao) — Agita-se a questão das frotas annuas para os trabalhadores da imprensa. Várias associações da classe marcaram uma reunião para o proximo domingo, a fim de tratar do assumpto.

A embaixada de Brazil na Argentina
RIO, 5 — (A. Uniao) — Consta que o dr. Alfredo Soares, antigo embaixador do Brazil em Buenos Aires, deixando a politica.

O novo delegado fiscal de Pernambuco
RIO, 5 — (A. Uniao) — O sr. Felipe de Araujo Pinho foi nomeado delegado fiscal do Tesouro Nacional em Pernambuco.

Ministério do Exterior no futuro governo
RIO, 5 — (A. Uniao) — Nas rodas politicas reputa-se candidato mais plausivel para o Ministerio do Exterior no futuro governo Washington Luiz o sr. Raul Fernandes.

Mme Angela Vargas
RIO, 5 — (A. Uniao) — A senhora Angela Vargas, conhecida disease ca, aberta a sessão. Poram multados em 20.000 cada um, os que não compareceram a sessão.

Directoria de Meteorologia
Serviço Federal
Primeiro resumo do Bletlein Meteorologica Agricola relativo á primavera occidida de fevereiro de 1926 elaborado no Instituto Central do Rio de Janeiro.

ESCOLA NORMAL DA PARAHYBA DO NORTE

CADEIRAS	PROFESSORES	HORAS					
		2.ª FEIRA	3.ª FEIRA	4.ª FEIRA	5.ª FEIRA	6.ª FEIRA	SABADO
1.ª de Portuguez	Prof. Joaquim Dantas	9 ás 10	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	9 ás 10	11 ás 12	9 ás 10	12, 1, 2 ás 13, 1, 2
1.ª de Francez	Dr. Cicero Moura	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15
Arithmetica	D. Maria J. de H. Chaves	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15
3.ª de Geographia	D. Maria J. Coelho	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10
3.ª de Calligraphia	Dra. Catharina Moura	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10
1.ª de Portuguez	Dr. Lindolpho Correla	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12
2.ª de Francez	D. Candida de Sá Andrade	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12
Algebra	Dr. Mathews de Oliveira	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15
1.ª de Geographia	Conego Mathias Freire	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10
2.ª de Dezenho	D. Maria Izabel Dantas	12 ás 13, 1, 2	12 ás 13, 1, 2	12 ás 13, 1, 2	12 ás 13, 1, 2	12 ás 13, 1, 2	12 ás 13, 1, 2
2.ª de Portuguez	D. Francisca Moura	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2
Geometria	Monsenhor Odilio Coutinho	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10
2.ª de Hist. da Gr. e do Brazil	D. Julia Freire	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12	11 ás 12
2.ª de Geographia	D. Oliveira Cunha	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2	12, 1, 2 ás 13, 1, 2
1.ª de Dez. aquatella	D. Angelina Baltar	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10
Physica e Chimica	Dr. Joaquim Benedita	12 ás 13	12 ás 13	12 ás 13	12 ás 13	12 ás 13	12 ás 13
1.ª de Hist. da Gr. e do Brazil	Dr. José Fructuoso (interino)	13 ás 14	13 ás 14	13 ás 14	13 ás 14	13 ás 14	13 ás 14
2.ª de Trad. manuaes	Monsenhor Pedro Anilio (interino)	10 ás 11	10 ás 11	10 ás 11	10 ás 11	10 ás 11	10 ás 11
2.ª de Musica	Dr. José Coelho (interino)	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15
Prendas domesticas	D. Adevalde de Figueiredo	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10
Prendas domesticas	D. Aurea Cunha	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15	13, 1, 2 ás 15
Historia natural	Dr. Mathews de Oliveira (interino)	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10
Higiene	Dr. Joaquim Benedita (interino)	13 ás 14	13 ás 14	13 ás 14	13 ás 14	13 ás 14	13 ás 14
1.ª de Pedagogia	Dr. José Fructuoso	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15	14 ás 15
1.ª de Trad. manuaes	D. Maria das Neves Biazere	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10	9 ás 10
1.ª de Musica	D. Maria das Neves Cavalcanti	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2
Prendas domesticas	D. Aurea Cunha	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2	11, 1, 2 ás 13, 1, 2

Rendas publicas

THEZOURO DO ESTADO
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO THEZOURO DO ESTADO, DE 3 DE MARÇO DE 1926

Saldo do dia anterior	115.928.098	
Recolhimentos feitos no dia actual	98.285.298	
Despesa effectuada, idem, idem	214.215.092	87.852.814
Saldo para o dia 4:		
Em moeda	117.644.578	
Em papel do pagador externo	9.320.460	126.364.578

RECEBEDORIA DE RENDAS
DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA DO THEZOURO DO ESTADO, DE 5 DE MARÇO DE 1926

Saldo do dia anterior	105.949.100
Recolhimentos feitos no dia actual	25.241.858
Despesa effectuada, idem, idem	49.248.880
Saldo para o dia 6:	81.952.078

Associações
Sociedade de Medicina e Cirurgia da Parahyba — Realizará-se ás 14 h 12 horas de domingo, 7 do corrente mes, uma sessão ordinaria desta sociedade, em sua sede provisoria, na Academia Epitacio Pessoa.

PARTE OFFICIAL

Contractada com o Governo do Estado

Despachos do dia 27 de fevereiro de 1926.
Instrução Publica, (Dec. n. 873 de 21 de dezembro de 1917) — Designo os Drs. José Teixeira de Vasconcellos, José de Souza Mala e Jayme Lima para inspecção de saúde e de higiene, para effecto de licença de habilitação, para tratar de sua saúde, onde lhe convier — Designo os Drs. José Teixeira de Vasconcellos, José de Souza Mala e Jayme Lima, para inspecção de saúde e de higiene, para effecto de licença, para tratar de sua saúde, onde lhe convier — Designo os Drs. José Teixeira de Vasconcellos, José de Souza Mala e Jayme Lima, para inspecção de saúde e de higiene, para effecto de licença, para tratar de sua saúde, onde lhe convier.

Despachos do dia 2 de março de 1926.

Despachos do dia 2 de março de 1926.
Instrução Publica, (Dec. n. 873 de 21 de dezembro de 1917) — Designo os Drs. José Teixeira de Vasconcellos, José de Souza Mala e Jayme Lima para inspecção de saúde e de higiene, para effecto de licença de habilitação, para tratar de sua saúde, onde lhe convier — Designo os Drs. José Teixeira de Vasconcellos, José de Souza Mala e Jayme Lima, para inspecção de saúde e de higiene, para effecto de licença, para tratar de sua saúde, onde lhe convier.

para o seu prédio n. 147, sito á rua Menesher Wallredo Leal, na conformidade da lei n. 506, de 4 de novembro de 1919 — Como requer, á vista dos documentos apresentados.

Ficha na importancia de 17.779\$317, para pagamento aos empregados da Repartição da Imprensa Official referente ao mez de fevereiro deste, encaminhada por officio n. 14 da Directoria da referida Repartição. — Ao Thesouro para pagar.

Idem na importancia de 6.101\$258 para pagamento aos empregados e operarios de Obras Publicas, Inclusive do pessoal extranumerario que presta serviço no Expositorio e Usina Hydraulica referente á 2ª quinzena de fevereiro do corrente, encaminhada por officio n. 33 da Directoria da referidas Obras Publicas. — Ao Thesouro para conferir e pagar.

Factura na importancia de 4.284\$400, proveniente do concerto feito nos portões da Cadeia Publica e fornecimento de camas para a mesma, pelos srs. M. Cunha & Cia. encaminhada por officio n. 100 da Chefatura de Policia. — Ao Thesouro para conferir a conta junta e aceitar a respectiva duplicata.

Um abalxo assignado de diversos commerciantes de algodão neste Estado. (Vêde o despacho n. 54, de 28 de janeiro do corrente anno) — Indeferido, á vista da Informaçãõ da Recebedoria de Rendas.

Petição de Antonio Fernandes de Lima, pedindo pagamento de ajuda de custo a que se julga com direito, allegando ter sido removido da mesa de Rendas de Católe do Rocha para a de Misericórdia, no cargo de escripturário. — Abito quinhentos mil réis. (500\$000).

Petição de Antonio da Silva Mello, proprietario do Engenho "S. Gonçalo" fabrica rural de fazer assucar sito no municipio de Santa Rita, collectada na importancia de 5.000\$000 ao qual foi dada a classificação de U-ina, pedindo que lhe seja cobrada com o abate de 50%. — Ao Thesouro para cobrar dois contos e quinhentos mil réis (2.500\$000), ficando a U-ina do requerente considerada de 4ª classe.

Officio da Chefatura de Policia, sob n. 104, encaminhando uma petição que lhe foi dirigida pelo sr. Francisco Lima de Araújo, pedindo pagamento da importancia de 150\$000, proveniente do aluguel da casa que serve de quartel ás praças desactadas na subdelegacia de Gramame, referente aos mezes de março de 1925 a janeiro do corrente anno. — Ao Thesouro para pagar.

Officio do engenheiro encarregado do saneamento desta Capital, n. 505, solicitando que, por intermedio da agencia do Banco do Brasil nesta capital, seja pago á Companhia Mecanica e Importadora de S. Paulo, a quantia de 908\$300, proveniente de 4 placas de bronze remetidas pelo vapor Mucury. — Ao Thesouro para pagar.

O dia militar

Comandante do 1.º Batalhão da Força Publica do Estado da Parahyba, Quartel á praça Pedro Americo, 5 de março de 1926. Serviço para o dia 6 (sabbado).

Da á batalhão, o sr. 1.º tenente Ferreira, r. nda á guaraniã, o 1.º sargento Guedes; adjunto ao batalhão, o 3.º sargento Lima; guarda da Cadeia, cabo Augustus Suissa, soldado Puriforio da 3.ª C. e tambor-corneteiro Augustus; guarda de Palacio, soldado Dias da 3.ª C. e tambor-corneteiro 33 dirizes; guarda do Quartel, cabo Manuel Pedro; dia á Enfermaria cabo Guedes; dia á Secretaria soldado Lopes; ordem ao commando geral, cabo-corneteiro Belmiro; piquete, soldado tambor-corneteiro Neves.

Uniforme 5º (kaki) Boleim n. 64.

Para conhecimento do batalhão e devida execução publico o seguinte: Excluidos: Foram excluidos do estado colectivo deste batalhão, os soldados José Assumpção, Francisco Pedro de Sousa e Antonio Faustino, por crime de deserção.

(Boleim do Commando Geral numero 64).

(Ass.) major graduado RODOLPHO ATHAYDE, commandante.

MOTORES OTTO

OS MAIS AFAMADOS NO BRASIL

MOTORES A GAZ POBRE OU KEROZENE



MACHINAS PARA OFFICINAS, HERRARIAS, CAFÉ, AROZ, ASSUCAR, ETC.

Sociedade de Motores Deutz
OTTO LEGITIMO, LTDA.
Avenida Marquez da Olinda — RECIFE

NEURATOL

O MAIS ASSOMBROSO FORTIFICANTE
MELHOR QUE TODOS OS OUTROS!

Aconselhado para as pessoas delicadas.
A's meulhas rachideas, aos velhos, aos fracos, aos convalescentes e a todos que necessitam de um reconstituinte poderoso para o soergulimento de suas forças.

App. pelo D. N. S. P.

Vende-se em todas as Pharmacias da Capital e interior

Secção Livre

Fallencia de Antonio Paulino Bezerra

Liquidação

P. Marinho, liquidatorio da massa fallida de Antonio Paulino Bezerra, faz publico, a quem interessar possa que, por não ter apparecido até hoje proposta para a acquisição da massa fallida, resolve prorrogar por mais 15 dias o prazo para dita proposta de acquisição, ficando assim, rectificado o prazo contido no edital a respeito publicado

Associação dos Empregados no Commercio

Convite

De ordem do sr. Presidente, são convidados todos os socios desta sociedade para tomar parte na sessão magna a realizar-se no dia 7 do corrente (domingo), ás 13 horas em comemoração ao 11.º anniversario da fundação desta Associação.

Francisco Alves Bezerra Junior
1.º secretario int.
(1-2)

A frede Henriques da Justa

Adelia Caminha da Justa, dr. Antonio Alfredo da Justa (ausente), Henrique Theophilo da Justa, Eurides Theophilo da Justa, Edmundo Theophilo da Justa, Oscar Theophilo da Justa, Clarice Justa de Luna Freire, Beatriz da Justa Amorim, Maria Guilhermina da Justa Freire, Julia Justa e Severino Regis de Amorim, convidam seus parentes e amigos para assistirem á missa de 9.º dia, que mandam celebrar ás 6 1/2 horas do dia 9 do corrente, na igreja de N. S. das Consolações no Entroncamento, por alma de seu querido esposo, pae e sógro, confessando-se desde já agradecidos por esse acto de religião e caridade.
(3-5)

Banco da Parahyba

CAPITAL 1.084:800\$000 FUNDADO EM 5 DE JUNHO DE 1924

Tem correspondentes em todas as cidades do interior deste Estado e nas principaes praças do País. Effectua descontos de notas promissórias e duplicatas de facturas assignadas; faz emprestimos sob penhor de mercadorias e caução de títulos:

END. TELEG.: PHILIPPEA Parahyba do Norte — BRASIL CAIXA POSTAL, 107

BALANCÊTE EM 27 DE FEVEREIRO DE 1926

ACTIVO		PASSIVO	
Capital a realizar	212:680\$000	Capital	1.084:800\$000
Letras descontadas	1.483:258\$280	Fundo de reserva	11:106\$609
Letras e effectos a receber por conta propria do exterior	\$	Deposito em conta corrente com juros	810:042\$542
Letras e effectos a receber por conta propria do interior	1.004:328\$714	Deposito em conta corrente limitada	581:364\$648
Letras e effectos a receber em cobrança do exterior	\$	Deposito em c/ sem juros	59:387\$905
Letras e effectos a receber em cobrança do interior	2.507:585\$488	Deposito a prazo fixo	488:046\$500
Valores em liquidação	\$	Deposito em c/ de cobrança do exterior	\$
Emprestimos em contas correntes	191:415\$043	Deposito em c/ de cobrança do interior	\$
Valores caucionados	\$	Títulos em caução e em deposito	3.596:379\$062
Valores depositados	\$	Caixa matriz	\$
Caixa matriz	\$	Agencias e filiaes no exterior	\$
Agencias e filiaes no exterior	\$	Agencias e filiaes no interior	\$
Agencias e filiaes no interior	\$	Correspondentes no exterior	\$
Correspondentes do exterior	\$	Correspondentes no interior	\$
Correspondentes no interior	\$	Valores hypothecarios	\$
Títulos á fundos pertencentes ao Banco	290:248\$219	Lucros e perdas	\$
Hypothecas	\$	Ordens de pagamento	\$
CAIXA:		Diversas contas	109:388\$190
Em moeda corrente no Banco	45:192\$529		
Em moeda de ouro no Banco	\$		
Em outras especies no Banco	\$		
No Banco do Brasil	253:509\$900		
Em outros bancos	\$		
Diversas contas	661:896\$923		
	6.740:515\$456		

João Coelho — Gerente. João Pinto Meirelles — Contador.

Banco da Parahyba

AVISO

São convidados os senhores accionistas a vir receber na thesouraria deste Banco nos dias

na imprensa a qual expirará a 20 deste.
Parahyba, 4 de março de 1926.

João Coelho, gerente.
J. Meirelles, contador. (19-30)

Banco da Parahyba

AVISO

São convidados os senhores accionistas a vir receber na thesouraria deste Banco nos dias

utels e ás horas do expediente externo, o dividendo que lhes coube no semestre de julho a dezembro de 1925.
Parahyba do Norte, 3 de fevereiro de 1926.
João Coelho, gerente.
J. Meirelles, contador. (19-30)

CASA ARENS

SOCIEDADE ANONYMA

CASA MATRIZ — RIO DE JANEIRO, Avenida Rio Branco n. 20
Caixa Postal, 1001 — End. Teleg. — ARENS — Rio.

CASA FILIAL — SÃO PAULO, Rua Florencio de Abreu
Caixa Postal, 277. — End. Teleg. — ARENS — S. Paulo.

Fabricante especialista de MACHINAS PARA BENEFICIAR E TRANSFORMAR O MILHO.

Moinhos "EMIGRANTES", "CELSIUS" e "INCA" com discos de aço, para movimento a mão e a motor.

Moinhos "ARENS", com armação de madeira ou de ferro, com pedras "Jundiayanas" ou "Francezas".

Debulhadores de milho com e sem ventilador e penela.

Peneiras mechanicas para fubá.

VENTILADORES, ELEVADORES, ETC., ETC.

Instalações completas e aperfeiçoadas para fabricar farinha e fubá de milho.

Preços e demais informações mediante consulta.

Representante neste Estado: **A. Lucena.**
Avenida 5 de Agosto, 49. — Parahyba do Norte.

EDISIO CIRNE

ENGENHEIRO AGRONOMO

Encarrega-se de demarcações e outros serviços concernentes á sua profissão.

Escritorio: — BARANEIRAS

Advogados

Os beis, José Gaudencio Correia de Queiroz, licenciado no cargo de procurador geral do Estado, Silvino Olavo da Costa, Edeio Enrique da Silva e Otto Brito, com escriptorio de advocacia á rua Duque de Caxias n. 555-1.º andar—aceitam causas tanto na capital como no interior do Estado, agindo solidariamente.

Incumbem-se também de procuradoria em qualquer repartição publica, comprehendendo vencimentos, fianças, reclamações de direitos, etc.

AVISO

Gratifica-se a quem encontrar e entregar na gerencia deste jornal um chuveiro de anel perdido no tracto do grupo escolar D. Pedro II, á rua 7 de Setembro. Também é uma grana-da cercada de diamantes.

ÁGUA INGLEZA GRANADO

Desconfiar das imitações

Nas convalescências dos paros e longas enfermidades, estimula a digestão, evita as febres intermitentes e tonifica o organismo

PREPARADO COM ESPECIAL VINHO GENEROSO DA QUINTA DA SAPIÑA (AVISO ORIGINARIO) PROPRIEDADE DO S. J. A. C. GRANADO

Com o mesmo vinho são tambem preparados os:

VINHO TONICO-RECONSTITUINTE
VINHO NOZ DE KOLA
VINHO IODO-TANNICO PHOSPHATADO
VINHO DE QUINIUM
FORMULA LABARRAQUE

Estes productos são os que melhores resultados offerecem

EXIJAM A NOSSA MARCA

A VENDA EM TODAS AS PHARMACIAS E DROCARIAS DO BRAZIL

RECUSEM AS PREPARAÇÕES SIMILARES

PIANOS

J. PENNA & FERRER estabelecimento com affiliação de concertos e afinação de pianos, auto-pianos, harmonios, pianolas, etc., etc. executam com perfeição e presteza qualquer trabalho concernente ao ramo — Casa unica no genero na Parahyba — Attende-se com promptidão qualquer chamado.

Rua Barão do Triunpho, 4

